

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.497.901 - SP (2019/0128152-0)**

**RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**AGRAVANTE : IACELES MAXIMO BORTOLI**  
**AGRAVANTE : ABILIO APARECIDO PERES JUNIOR**  
**AGRAVANTE : ANA AMELIA ZUCCOLOTTO COPESCO**  
**AGRAVANTE : ANA PAULA NARDELLI**  
**AGRAVANTE : ANGELA GLAUCIA SOUZA LEME**  
**AGRAVANTE : APARECIDA MARIA CORREA MAZZARRINI**  
**AGRAVANTE : CELIA MARIA DA SILVA CAMARGO**  
**AGRAVANTE : ENEAS MARTINS VIEIRA**  
**AGRAVANTE : GILVANIR SOARES GUIMARAES**  
**AGRAVANTE : HELOISA MARIA RAMOS MARTIN**  
**AGRAVANTE : IZABEL MARIA PURY RAMOS**  
**AGRAVANTE : JACI DE ALMEIDA CINTRA DA SILVA**  
**AGRAVANTE : JERONIMA MARIA DO CARMO LOPES**  
**AGRAVANTE : KENIA COLOMBO COLMANETTI**  
**AGRAVANTE : LUIZ CAETANO DE SOUZA NETO**  
**AGRAVANTE : LUIZ HENRIQUE ARDUINI**  
**AGRAVANTE : LUZIA MATIAS TAVERA**  
**AGRAVANTE : MARCOS ANTONIO MARCELINO**  
**AGRAVANTE : MARIA ANTONIA DE MELO RAMOS**  
**AGRAVANTE : MARIA EUNICI GIMENES**  
**AGRAVANTE : MARIA LETICIA VENTURINI MAZZONI**  
**AGRAVANTE : MARILDA APARECIDA DE SOUSA TANAKA MARQUES**  
**AGRAVANTE : MARILZA VALDEVITE URENHA**  
**AGRAVANTE : MARLI DO CARMO PESSOTTI**  
**AGRAVANTE : MONICA LOPES DE OLIVEIRA**  
**AGRAVANTE : ROSANGELA APARECIDA PERES MARTINELI**  
**AGRAVANTE : SHEILA SARDI DA SILVA RUBIO**  
**AGRAVANTE : SILVIA APARECIDA DE NOVAES BREVIGLIERI**  
**AGRAVANTE : TEREZA CRISTINA BODINI FERREIRA MIRANDA**  
**AGRAVANTE : VANDA LUCIA PIRES CABELO GARCIA**  
**ADVOGADOS : RICARDO FALLEIROS LEBRAO - SP126465**  
**LUCAS CAVINA MUSSI MORTATI E OUTRO(S) - SP344044**  
**AGRAVADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PROCURADOR : HELENA RIBEIRO CÓRDULA ESTEVES - SP205951**

**EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. DIFERENÇAS SALARIAIS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MARCO TEMPORAL PARA A APLICAÇÃO DO CPC/2015. DATA DA PROLAÇÃO DA SENTENÇA OU DECISÃO QUE O IMPÕE. PRECEDENTES. HONORÁRIOS IRRISÓRIOS. FAZENDA PÚBLICA SUCUMBENTE. MAJORAÇÃO. OBSERVÂNCIA DO RESP 1.155.125/MG, JULGADO SOB O RITO DO ART. 543-C DO CPC/1973. VALOR RAZOÁVEL. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO**

**CONHECIDO PARA CONHECER EM PARTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão da Corte de origem que inadmitiu o recurso especial.

O apelo nobre obstado enfrenta acórdão, assim ementado (e-STJ fls. 275-276):

**SERVIDOR PÚBLICO** Direito à percepção de adicional por tempo de serviço - Quinquênio - Incidência sobre o vencimento padrão, mais as vantagens adicionais de caráter permanente que correspondem, na verdade, a aumento disfarçado, não ostentando, de fato, a configuração *pro labore faciendo* - Uniformização de jurisprudência pela Turma Especial de Direito Público desta Corte, nos autos da Assunção de Competência nº 0087273-47.2005.8.26.0000 - Gratificação Geral, Gratificação Extra, GAM, GAP, GSAE, dentre outras, elencadas apenas a título exemplificativo, que constituem vantagens adicionais de caráter permanente - Configuração de verdadeiros aumentos salariais que integram a base de cálculo do quinquênio - Não incidência sobre as vantagens realmente pagas pelo desempenho de atividade excepcional e sobre as eventuais, que não decorrem da remuneração pelo serviço prestado, tais como diárias de viagens, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, auxílio-funeral e adicional de insalubridade - Afasta-se a prescrição do fundo de direito, observada, todavia, a prescrição quinquenal - Apelação da Fazenda Pública não provida - Remessa necessária não provida - Apelação da parte autora não provida.

**LEI 11.960/2009: ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA** - Eficácia resolvida pelo Supremo Tribunal Federal, nas ADINs nºs 4.357 e 4.425 - Inconstitucionalidade da expressão “índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança”, inscrita no artigo 1º-F da Lei 9.494/1997, com a redação alterada pelo artigo 5º da Lei nº 11.960/2009 - Consequente vácuo para o estabelecimento de novo indexador mais consentâneo à vocação primordial da correção monetária, que é assegurar o poder de compra do capital comprometido em consequência da decisão judicial - Adoção do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) no que concerne à correção monetária, consoante precedente havido no Recurso Especial Representativo de Controvérsia nº 1.270.439/PR, do Eg. Superior Tribunal de Justiça (j. 26/06/2013). **JUROS MORATÓRIOS** - Escalonamento conforme edição da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24/08/2001, e da Lei nº 11.960, de 30/06/2009 - Utilização dos critérios estabelecidos no REsp nº 937.528/RJ (STJ-5ª Turma, DJe 1º/11/2011).

**HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS** - Impugnação do *quantum* arbitrado a título de verba honorária - Ação para recomposição de proventos - Trabalho de caráter repetitivo, movido em massa, sem maior complexidade seja no plano formal, seja no acompanhamento processual - Inteligência do artigo 20, parágrafos 3º e 4º, do Código de Processo Civil de 1973, vigente ao tempo do sentenciamento - Arbitramento mantido.

Os primeiros embargos de declaração interpostos pelos autores foram rejeitados (e-STJ fl. 356) e os segundos não foram conhecidos (e-STJ fl. 372).

Nas razões do recurso especial, interposto com base nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, os agravantes apontam, preliminarmente, violação dos arts. 489, § 1º, III e IV, e 1.022, I e II, e parágrafo único, II, do CPC/2015, ao argumento de que a Corte de origem não se manifestou a respeito de pontos importantes para o deslinde da controvérsia.

No mérito, a parte recorrente aponta violação dos arts. 14, 85, §§ 3º e 4º, e 1.046, do Código de Processo Civil/2015 e 20, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil/1973. Sustentam, em síntese, a necessidade de reforma do acórdão *a quo* em face da fixação do valor dos honorários sucumbenciais em valor aviltante. Asseveram, ainda, que os honorários devem ser fixados com base nos critérios do CPC/2015.

Contrarrazões apresentadas (e-STJ fls. 398-402).

Neste agravo afirma que seu recurso especial satisfaz os requisitos de admissibilidade e que não se encontram presentes os óbices apontados na decisão agravada.

Contraminuta não apresentada (e-STJ fl. 499).

É o relatório. Decido.

O recurso não merece prosperar.

De início, afasta-se a alegada violação dos artigos 489, § 1º, III e IV, e 1.022, I e II, e parágrafo único, II, do CPC/2015, porquanto o acórdão recorrido manifestou-se de maneira clara e fundamentada a respeito das questões relevantes para a solução da controvérsia. A tutela jurisdicional foi prestada de forma eficaz, não havendo razão para a anulação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração.

No que se refere à necessidade de aplicação do art. 85, §§ 3º e 4º, do CPC/2015, para fins de majoração dos honorários advocatícios, a jurisprudência deste eg. Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que o marco temporal para delimitar o regime jurídico aplicável à fixação de honorários advocatícios é a data da prolação da sentença ou decisão que o impõe.

Confiram-se os seguintes julgados (com grifos nossos):

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. DIREITO INTERTEMPORAL. REGIME JURÍDICO APLICÁVEL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. *In casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II - **É pacífico o entendimento no Superior Tribunal de Justiça no sentido de que a sentença é o marco para delimitação do regime jurídico aplicável à fixação de honorários advocatícios**, revelando-se escorreito seu arbitramento, com fundamento no CPC de 1973, anteriormente à 18.03.2016.

III - *In casu*, rever o entendimento do Tribunal de origem, que reconheceu como adequado o valor fixado a título de honorários advocatícios, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula n. 7/STJ.

IV- Não apresentação de argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

V - Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero improvimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

VI - Agravo Interno improvido (AgInt no REsp 1.731.770/MS, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 15/8/2018).

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DIREITO INTERTEMPORAL: ART. 20 DO CPC/1973 VS. ART. 85 DO CPC/2015. DEFINIÇÃO DA LEI APLICÁVEL. MOMENTO DA PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA QUANTO À VERBA HONORÁRIA INICIAL. SENTENÇA PUBLICADA NA VIGÊNCIA DO CPC/1973. ACÓRDÃO PUBLICADO APÓS A VIGÊNCIA DO CPC/2015. REGIME APLICÁVEL AOS HONORÁRIOS: CPC/1973. PRECEDENTES. COMPENSAÇÃO DE HONORÁRIOS. POSSIBILIDADE. INAPLICABILIDADE ART. 85, § 14, DO CPC/2015. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. A jurisprudência deste Tribunal Superior firmou-se no sentido de que a sentença é o marco temporal para delimitação do regime jurídico aplicável à fixação de honorários advocatícios. Assim, indiferente a data do ajuizamento da ação e a data do julgamento dos recursos correspondentes, a lei aplicável para a fixação da verba honorária é aquela vigente na data da sentença que a impõe (ou da primeira decisão que trata da verba honorária, caso seja acórdão).

2. No presente caso, a sentença que fixou a verba honorária foi publicada em 01/04/2011 (e-STJ fl. 268) , ou seja, ainda na vigência do CPC/1973. O acórdão de apelação, por sua vez, foi proferido já na vigência do CPC/2015, tendo determinado a compensação da verba honorária em razão da sucumbência recíproca, nos termos do art. 21, caput, do CPC/1973. Desse modo, o regime aplicável para a fixação da verba honorária é aquele previsto no art. 20 e parágrafos do CPC/1973 e não o do art. 85 do CPC/2015, que teve sua vigência iniciada apenas em 18/03/2016. Precedentes.

3. Agravo interno não provido (AgInt nos EDcl no REsp 1.662.705/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 14/8/2018).

*In casu*, tendo a sentença de primeiro grau, que arbitrou a verba honorária, sido proferida na vigência do CPC/1973 (e-STJ fl.198), não há que se falar em aplicação do art. 85, §§ 3º e 4º, do CPC/2015.

Por outro lado, no que se refere a alegada necessidade de majoração dessa verba, ao argumento de que seria irrisória, na forma da jurisprudência do STJ, vencida a Fazenda Pública, para a fixação do *quantum* dos honorários advocatícios, o magistrado deve levar em consideração o caso concreto em face das circunstâncias previstas no art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC/1973, utilizando-se do juízo de equidade e podendo adotar como base de cálculo o valor da causa, o valor da condenação ou mesmo arbitrar valor fixo,

não ficando adstrito aos percentuais legalmente previstos. Tal posicionamento já foi firmado, inclusive, sob o rito do art. 543-C do CPC/1973 (REsp 1.155.125/MG, Rel. Ministro Castro Meira, Primeira Seção, DJe 6/4/2010).

No presente caso, a Corte de origem expressamente assentou ter se balizado na equidade, considerando tais aspectos, inclusive, mantendo a verba fixada pela sentença de primeiro grau. Nesse sentido, excerto do julgado (e-STJ fls. 284-285):

[...] Quanto aos honorários advocatícios, já ponderados os critérios estipulados no artigo 20, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil de 1973, vigente ao tempo do sentenciamento, considero que as ações desta natureza, são repetitivas, geralmente ajuizadas em massa, carentes de criatividade, sem nenhuma complexidade seja no plano formal, seja no acompanhamento processual. Logo, há que prevalecer a modicidade adotada na r. sentença apelada.

Ademais, a própria tese suscitada pelos recorrentes com o intuito de demonstrar a irrisoriedade da verba honorária está fundada em aspectos fático-probatórios, sobre os quais este eg. STJ não pode se debruçar em sede de recurso especial. Nesse particular, incide a Súmula 7/STJ.

Confira-se precedente em caso análogo:

ADMINISTRATIVO. PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. APLICAÇÃO DO CPC/2015. MARCO TEMPORAL. DATA DA PROLAÇÃO DA SENTENÇA. VIGÊNCIA DO CPC/73. VALOR. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

1. A Corte Especial do STJ firmou compreensão no sentido de que "*o marco temporal para a aplicação das normas do CPC/2015 a respeito da fixação e distribuição dos ônus sucumbenciais é a data da prolação da sentença ou, no caso dos feitos de competência originária dos tribunais, do ato jurisdicional equivalente à sentença*" (EDcl na MC 17.411/DF, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Corte Especial, DJe 27/11/2017).

2. Nos termos da jurisprudência desta Corte, em regra, não se mostra possível em recurso especial a revisão do valor fixado a título de honorários advocatícios, pois tal providência exige novo exame do contexto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado pela Súmula 7/STJ.

3. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1.547.841/SP, Relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 12/3/2020)

Ante o exposto, **conheço do agravo para conhecer em parte do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 24 de março de 2020.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES  
Relator